



Assembleia de Freguesia de S. Victor

Município de Braga
ATA Nº 16 / 2021-2025

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Escola Dr. Francisco Sanches, sita na Travessa do Taxa, São Victor, Braga, presidida por Augusto Alexandre da Cunha Dias e secretariada por Jorge Miguel Macedo Ferraz, realizou-se a décima quinta Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de S. Victor, saída das eleições de 26/09/2021.---

Dos membros da mesa, faltou o primeiro secretário, Ana Catarina Teixeira Tavares, que suspendeu o mandato. Além dos membros da mesa, Augusto Alexandre Dias e Jorge Ferraz, eleitos pela JPB, estiveram presentes os seguintes eleitos: -----

Ricardo Silva 2021 (RS21): António Pedro Seara Sequeira do Vale Peixoto, que faltou e foi substituído por Daniel Joaquim Monteiro Mendes; Cristina Margarida da Silva Fontes, que faltou e foi substituída por Jorge Miguel da Silva e Sá; David Alves Ferreira; Inácio Pereira dos Anjos; Paula de Fátima Aveiro Batista Veras, que faltou e foi substituída por Diogo Adalberto Soares Vieira por impedimento de Diana Patrícia de Braga Pereira, que também faltou; Manuel Fernando de Lima Barroso; Jorge Tiago de Freitas Correia; Elizabeth Tavares da Rocha Valentini, que faltou e foi substituída por Rafaela Araújo Couto Seara por impedimento de Ricardo Alexandre Alves Ferreira, que também faltou. -----

Juntos por Braga (JPB): Firmino José Rodrigues Marques; José Cândido Gomes Ferraz; Manuel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha. -----

Partido Socialista (PS): Rui Sérgio Ferreira da Silva Dória; Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo; Casimiro José Reis Vilarinho, que faltou e foi substituído por Rui Pedro Lopes Gonçalves por impedimento de Joana Cristina Costa Oliveira Almeida, que renunciou ao mandato, de Ana Catarina Teixeira Tavares, que suspendeu o mandato por tempo indeterminado e de António José da Costa Araújo, que pediu a substituição; Luís Amaro Cruz Cerqueira. -----

Coligação Democrática Unitária (CDU): João Pedro Carvalho Melo. -----

Bloco de Esquerda (BE): Catarina Barros Afonso, que faltou, não apresentando justificação nem substituição. -----

Da **Junta de Freguesia**, estiveram presentes os seguintes eleitos: Presidente: Ricardo Jorge Pereira da Silva; Tesoureiro: Elisabete Maria Campos Gonçalves; Secretário: Mário José Dias Meireles; Vogais: Abílio Marques Ferreira, Alberto Jorge Braga Ferreira Alves e Maria de Fátima Leitão Pereira. Faltou o Vogal: Vítor Jorge de Sousa Teixeira. -----

ORDEM DE TRABALHOS

No início dos trabalhos, o Presidente da Assembleia informou que a sessão estava inicialmente agendada para o dia 28 de abril de 2025, mas que, devido ao apagão geral ocorrido no país nesse dia,



Assembleia de Freguesia de S. Victor

teve de ser adiada para o dia 05 de maio de 2025. -----

Período de intervenção destinado ao público

Não foi registada nenhuma intervenção. -----

Período antes da ordem do dia

O deputado David Mendes, da lista RS21, apresentou um Voto de Louvor pelos 300 anos de existência da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, celebrados no passado dia 23 de março, propondo a sua aprovação e que dele se dê conhecimento à Irmandade de Guadalupe e à Paroquia de São Victor, conforme documento nº 1, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----
Posto a votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade. -----

O deputado Jorge Correia, da lista RS21, apresentou um Voto de Louvor pelo Cortejo Bíblico “Vós sereis o meu povo”, também conhecido por procissão da burrinha, propondo a sua aprovação, assinalando a importância da sua história e culturalidade, conforme documento nº 2, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----
Posto a votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade. -----

O deputado Jorge Correia, da lista RS21, apresentou uma Moção sobre o futuro da Rua D. Pedro V, solicitando à Assembleia de Freguesia que peça esclarecimentos ao Município de Braga quanto ao projeto final e calendarização da intervenção desta via, conforme documento nº 3, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----
Posta a votação, a Moção foi aprovada por unanimidade. -----

O deputado João Melo, da CDU, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Arlindo Fagundes, destacado artista plástico e ilustrador, falecido no passado dia 09 de janeiro de 2025, propondo à Assembleia que aprove este Voto de Pesar e que o mesmo seja apresentado à sua família, conforme documento nº 4, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----
Posto a votação, o Voto de pesar foi aprovado com 1 abstenção da coligação JPB. -----

O deputado Jorge Sá, da lista RS21, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de José Duarte Araújo, também conhecido por Mestre Meirim, sapateiro que foi no Bairro das Enguardas, ocorrido no dia 05 de março de 2025, solicitando que este Voto de Pesar seja dado a conhecer à sua família e às instituições do Bairro das Enguardas, que lhes estavam no coração, conforme documento nº 5, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----
Posto a votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. -----

O deputado Diogo Vieira, da lista RS21, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Mário Bergoglio, o Papa Francisco – Sumo Pontífice, ocorrido em 21 de abril de 2025, conforme documento nº 6, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----
Posto a votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. -----

Assembleia de Freguesia de S. Victor



O deputado David Ferreira, da lista RS21, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Macedo, ilustre bracarense, que dedicou grande parte da sua vida ao serviço público e à causa pública, ocorrido no dia 13 de março de 2025, propondo que a Assembleia de Freguesia delibere prestar um minuto de silêncio em memória e homenagem ao Advogado, Político e Munícipe, Miguel Macedo, e que este voto seja enviado à família, dando conhecimento ao seu partido (PSD), conforme documento nº 7, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Posto a votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade, guardando-se 1 minuto de silêncio pelo Miguel Macedo e por todos os falecidos acima mencionados. -----

O deputado David Ferreira, da lista RS21, apresentou uma Recomendação sobre a obra do complexo desportivo do grupo Supera, situada na Rua Luís Soares Barbosa, que continua a ser empurrada para a frente sem, alegadamente, se respeitarem os normativos aplicáveis e onde o recente parecer da IGAMAOT confirma que passa por ali a designada “Ribeira de São Victor”, propondo, assim, que a Assembleia de Freguesia delibere recomendar ao Executivo da Freguesia que procure junto da Câmara Municipal de Braga, ou outras entidades envolvidas, resposta clara e fundada, técnica e juridicamente, às dúvidas sobre se a obra foi licenciada no respeito da Lei 54/2005, e se a Ribeira de São Victor desaparece do projeto de PDM de Braga. Recomenda também que o Executivo da Freguesia partilhe com a maior urgência os resultados da inquirição requerida, conforme documento nº 8, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

O deputado Firmino Marques, da coligação JPB, interveio para lamentar que o Executivo da Freguesia se tenha de orientar por recomendações da própria Assembleia, pois é uma obrigação deste lutar pelos interesses e pela legalidade daquilo que se faz na freguesia. -----

O deputado David Ferreira, da lista RS21, manifestou o respeito pelo lamento do deputado Firmino Marques, esclarecendo que faz parte do papel da Assembleia de Freguesia zelar pelos interesses dos São Victorianos e só nessa medida é que se consegue fiscalizar o Executivo, adiantando que as Recomendações só lhe darão mais força quando este inquirir quem de direito. -----

Posta a votação, a Recomendação foi aprovada por unanimidade. -----

O deputado David Ferreira, da lista RS21, apresentou uma Recomendação, manifestando a preocupação, face às notícias vindas a público, sobre a construção das vias de circulação para os autocarros de transporte rápido (BRT), propondo à Assembleia de Freguesia que delibere recomendar ao Executivo que diligencie, junto da Câmara Municipal de Braga, esclarecimento do que virá a ser executado, e quando, dado o estado das ruas e a urgência de intervenção em muitas delas, e ainda que o Executivo da Freguesia partilhe com urgência os resultados da inquirição requerida, conforme documento nº 9, em anexo. que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Posta a votação, a Recomendação foi aprovada por unanimidade. -----

O deputado David Ferreira, da lista RS21, apresentou uma Recomendação sobre o “Pavilhão das Goladas”, dada a informação de que uma infiltração de água pelo telhado e a queda de uma parte do teto teriam causado uma inundação e danos no interior do pavilhão, impedindo o pleno usufruto desse equipamento, pelo que propõe à Assembleia de Freguesia que delibere recomendar ao Executivo da Freguesia que procure junto da Câmara Municipal de Braga, do Conservatório Calouste Gulbenkian e de outras entidades envolvidas, resposta clara e fundada, técnica e juridicamente, às dúvidas sobre se

Assembleia de Freguesia de S. Victor



o pavilhão sofreu e continua a sofrer infiltrações de água, se a CMB está a par deste factos, e se sim, o que está a fazer para resolver o problema, que danos para o erário público estão a ser considerados e se é seguro para quem o frequenta; e, por fim, recomendar ao Executivo da Freguesia que partilhe com a maior urgência os resultados da inquirição requerida, conforme documento nº 10, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Posta a votação, a Recomendação foi aprovada por unanimidade. -----

O deputado David Ferreira, da lista RS21, apresentou uma Recomendação sobre o estado da Piscina Municipal de Braga, dadas as notícias de que esta está com problemas de infiltração nas zonas dos tanques, estando a situação a arrastar-se há vários anos. Assim, o grupo RS 21 propôs que a Assembleia de Freguesia delibere recomendar ao Executivo da Freguesia que procure junto da CMB e de outras entidades, resposta clara e fundada técnica e juridicamente sobre se existem entraves ao saudável usufruto do equipamento, o que fez ou está a fazer a CMB para resolver o problema e qual o plano de manutenção, e se oferece segurança a quem a usa. Por fim, recomendar ao Executivo da Freguesia que partilhe com a maior urgência os resultados da inquirição requerida, conforme documento nº 11, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

O deputado João Melo, da CDU, interveio para solicitar um pedido de informação ao Executivo da Freguesia sobre se tem conhecimento do problema que assola a Rua de São José, que, de acordo com os moradores, o consumo de estupefacientes tem vindo a aumentar significativamente, a qualquer hora do dia e a céu aberto, e, se sim, o que é que fez e o que tenciona vir a fazer para dar resposta a este problema que a CDU considera não ser apenas um problema de segurança, mas também de saúde pública, conforme documento nº 12, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

O deputado Luís Amaro, do PS, apresentou uma Declaração Política sobre as celebrações do 25 de abril, Dia da Liberdade, e do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, realçando que é fundamental que estas celebrações sejam momentos de reflexão, memória e compromisso e não apenas simples rituais ou festividades. Adiantou que a liberdade e os direitos conquistados honram-se, não com distrações, mas com participação cívica, com compromisso político e com ação social, devendo-se reconhecer o papel fundamental do Partido Socialista que nas décadas após a Revolução assumiu o desafio de construir uma democracia sólida, com justiça social, com educação pública, com saúde pública para todos, com direitos laborais firmemente consagrados, alertando simultaneamente para o tempo em que surgem discursos perigosos que relativizam a liberdade, que atacam os direitos conquistados e que tentam dividir os portugueses, sendo por isso, fundamental reafirmar os valores que nos unem. Finalizou a sua intervenção, apelando para que os jovens conheçam a história e que os mais velhos sejam ouvidos, pois só assim se faz futuro, com raízes fundas na verdade e na memória e que estas datas vivem em cada direito conquistado, em cada injustiça combatida, em cada passo dado para um Portugal mais igual e mais livre, sendo este o caminho que o Partido Socialista continua a caminhar, com todos e para todos, conforme documento nº 13, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

O deputado João Melo, da CDU, apresentou uma Declaração Política relativa ao 51º aniversário do 25 de abril de 1974, data em que os militantes de Abril libertaram Portugal duma ditadura terrorista de 48 anos, que, baseada na corrupção, na supressão das liberdades e num odioso aparelho repressivo ao

serviço de uma oligarquia monopolista, condenou o país à miséria, obscurantismo, sacrificando toda uma geração de jovens portugueses numa guerra sem fim à vista. Lembrou que um ano depois, no cumprimento do Movimento das Forças Armadas, 91,6 % dos portugueses, maiores de 18 anos, votaram pela primeira vez em liberdade, onde homens e mulheres, sem discriminações, acorreram em massa para eleger a Assembleia Constituinte, que, por sua vez, teve a honrosa tarefa de elaborar a primeira Constituição verdadeiramente democrática, homenageando nesta data, em que se celebra a liberdade e a democracia, os militares de Abril e os deputados constituintes, sem nunca esquecer os resistentes antifascistas, que sacrificaram a sua própria vida para que todos nós pudéssemos lutar pelas nossas convicções sem ter de passar pelas provações que eles passaram. Alertou para o facto de a democracia estar hoje sob ameaça dos que a tentam denegrir e destruir as suas conquistas, pelo que a alternativa terá de ser construída por aqueles que lutam por uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores, que respeite os direitos económicos, sociais e culturais do nosso povo e que lute pela paz e independência nacional. Finalizou a sua intervenção, lembrando que a democracia defende-se pela luta dos trabalhadores, na luta das populações por melhores condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde, nas manifestações pelo direito à habitação, na luta dos estudantes contra as propinas e acesso à educação, na luta das mulheres pela igualdade, nas lutas contra o racismo, nas manifestações pela paz, contra a normalização do extermínio do povo palestino às mãos do sionismo e nas eleições, transformando as lutas em votos, dando mais força aos que nas diversas instâncias têm a coragem de nunca desistir de transformar em certezas as melhores esperanças de Abril, conforme documento nº 14, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

O deputado David Ferreira, da lista RS21, interpelou o Presidente da Mesa para que este informe a Assembleia das diligências feitas para dar seguimento aos trabalhos e às deliberações, referindo que a falta de informação sobre os trabalhos da Mesa é recorrente, não abonando em nada em favor do rigor e da transparência exigíveis no cumprimento de funções públicas. Finalizou a sua intervenção, sugerindo que seja elaborado, para cada Assembleia, um relatório formal da atividade da Mesa para que possa ser apreciado e fiscalizado o trabalho deste órgão, à semelhança do que ocorre com os trabalhos do Executivo, conforme documento nº 15, em anexo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

ORDEM DO DIA

1 – Ata nº 15/2021/2025, referente à 14ª sessão ordinária da Assembleia de Freguesia realizada em 16/12/2024, já aprovada em minuta-----

O deputado David Ferreira, da lista RS21, apresentou alguns reparos em relação às atas propondo que sempre que se apresente este documento se apresentem também cópia dos anexos que ela refere e que se apresente cópia da ata com as retificações efetuadas. Em relação às substituições, disse não ter como saber se estas são feitas pela ordem de eleição, solicitando que a Mesa da Assembleia procure arranjar algum mecanismo de forma a assegurar que as substituições sejam feitas por ordem. Em relação à ata, ressaltou que na página nº 3, segundo parágrafo, perante a intervenção de um freguês com o nome Carlos Obreira deverá ler-se Carlos Dobreira. Finalizou a sua intervenção, solicitando a composição integral dos membros da Mesa da Assembleia e cumprimento formal face à ausência



Assembleia de Freguesia de S. Victor

permanente de um dos elementos desta. -----
Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade. -----

2 – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação à data de 31/12/2024. -----

Neste ponto não se registou qualquer intervenção. -----

3- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2024 -----

O deputado José Ferraz, da coligação JPB, interveio para analisar os anexos às demonstrações orçamentais dizendo que a discriminação dos valores gastos com as diversas atividades ajuda a tomar uma decisão mais consciente sobre as contas. E que, embora aparentemente nada houvesse a apontar quanto à contabilização das contas, questionou, no entanto, sobre os valores gastos em algumas atividades e o não aparecimento no mapa de algumas atividades importantes, que foram realizadas, tais como: “O nosso Património”, “um Bebê, um sorriso”, “Dia Internacional da Pessoa Idosa”, “Festa de Natal”, “Ceia de Natal”, “Cartão Cabaz de Natal”. -----

Disse ainda que, a par destas atividades, várias outras não foram mencionadas no mapa, pelo que não se sabe se foram ou não realizadas ou quanto custaram. E das que estão mencionadas no mapa, solicitou que o elucidassem a que dizem respeito os custos das seguintes atividades: Procissão da Burrinha, (Prémios, condecorações e ofertas): 1.820,00 €; Organização de Eleições Autárquicas 2025, (Outros): 4.362,81 € + 984,00 € + 1.942,17 €, que não dão para perceber a que dizem respeito; Apoios a Atividades Dispersas - Cabido da Sé, (Outros): 750,00 €. E sobre esta última afirmou que costuma ser o Cabido da Sé a apoiar a Junta no pagamento dos cavalos da Procissão da Burrinha e não o contrário, pelo que questionou a que este valor diz respeito. -----

O deputado Firmino Marques, da coligação JPB, iniciou a sua intervenção afirmando que aguardava com natural expectativa o evoluir do mandato 2021-2025, que se enquadrava num ciclo iniciado pela Coligação Juntos por Braga, em São Victor, no início de 2013, com mudança pessoal e tática do atual Presidente neste fim de ciclo, acrescentando que neste quadriénio houve uma clara inversão quanto a dinamismo, inovação e clarividência no que diz respeito às principais linhas de orientação do Relatório de Atividades da Junta de Freguesia, afirmando que a diferença principal reside na autenticidade e na intenção de criar algo de novo, ou apenas replicar algo já existente, tendo sido este último mandato de quatro anos de cópia de um original que não souberam aproveitar, dando como exemplo a ausência do Gabinete da Emigração e da ação relativa à Política para a Habitação. Acrescentou que o Executivo deixou cair atividades estruturantes como o “Crescer em Segurança”, a “Semana da Matemática”, a “Feira do Emprego”, as atividades desportivas organizadas para as Instituições e Comunidade no Complexo Desportivo da Rodovia. Afirmou que as linhas de ação da Junta de Freguesia de S. Victor neste quadriénio foram mais condizentes com os propósitos e ambição de um Presidente a pensar mais na sua vida e candidatura ao Município do que nas necessidades da sua Autarquia. Rematou a sua intervenção declarando o voto contra da coligação JPB. -----

O deputado Luís Amaro Cerqueira, do PS, interveio para dizer que o documento, em geral para a nossa Freguesia e em particular para a Junta de Freguesia, passados quatro anos é irritante ler um documento

como este em que 90% do relatório de atividades se assemelha a uma Associação Cultural, questionando se isso é digno para uma Junta de Freguesia da Cidade, referindo que foi luta do Partido Socialista, nas últimas autárquicas, lutar pela transferência de competências para a Junta de Freguesia para que pudesse ser mais do que isto. A única coisa que a Junta de Freguesia gere limita-se à casa dos gatos e ao jardim urbano da junta. Desafiou o Presidente da Junta para apresentar um resumo do que vai fazer e dizer às Assembleias Municipais, perguntando se o Presidente não se preocupa que a Junta de Freguesia não tenha verdadeiras competências, independentemente de ser ou não responsável pela obtenção das mesmas, aludindo à existência de Presidentes que têm mais competências, e não estão a tempo inteiro, concluindo a sua intervenção afirmando que, de acordo com o que o Presidente da Junta de Freguesia anterior disse, preparou-se durante estes últimos 12 anos o suficiente para se candidatar à Câmara, contudo não terá sido nesta Junta de Freguesia, pois o trabalho de um autarca na Câmara é muito mais do que isto. -----

O deputado João Melo, da CDU, veio informar que iria abster-se, salientando que sobre o Relatório de Atividades e Contas o Executivo é muito parco em palavras e que abdica de falar sobre assuntos de especial relevância para quem vive em São Victor. Solicitou ainda que, dos 1.400 ofícios da Junta para a Câmara, o Executivo informasse quais os principais assuntos abordados e quais as respostas obtidas. Acrescentou que os problemas que a Freguesia sentia, decorridos 4 anos sobre as eleições autárquicas de 2021, continuam a existir, entre outros, a falta de competências, não sabendo o que foi feito nem o que ficou por fazer. -----

O deputado Rui Dória, do PS, interveio para afirmar que, estando na oposição, o seu grupo mantém os alertas das linhas orientadoras que propuseram há 4 anos, defendendo o que é o melhor para São Victor, mencionando que há falta de investimento para desenvolver a Freguesia, social, cultural e economicamente, apontando para o trânsito caótico, falta de obras de manutenção na generalidade das ruas da Freguesia, não vendo o património salvaguardado, não havendo competências delegadas. Acrescentou que o seu grupo sempre defendeu o interesse dos cidadãos, contudo a Freguesia perdeu mais 4 anos, pois foi sistematicamente ignorada e não se fez ouvir na Câmara Municipal, salientando que o bloqueio da Freguesia de São Victor é o bloqueio da Assembleia Municipal. Concluiu a sua intervenção, deixando o compromisso de estarem prontos para fazer diferente, trabalhar com competência, seriedade, ambição e trazer de volta o diálogo com a Câmara Municipal quando esta estiver disposta, uma vez que as Freguesias são parceiras e não obstáculos. -----

O Presidente do Executivo, Ricardo Silva, agradeceu as visões da CDU, PS e JPB e disse que o Executivo está centrado no presente, reconhecendo a problemática da autenticidade das iniciativas, realçando que nunca negaram que deram continuidade a um programa que era sólido, estruturante e que quiseram assumir o compromisso de continuar a realizar, mas depois o Município de Braga, ao fim destes anos todos corridos, está bem em algumas matérias e está menos bem noutras, não valendo a pena estar a associarmo-nos a micro eventos quando podemos associar-nos a outros eventos que têm outro impacto e valorização junto do Município, no que diz respeito à produção cultural. Em relação ao mapa de atividades informou que reduziram a menção das mesmas, dado serem demasiado exaustivas. Prosseguiu, afirmando que se acompanharem as redes sociais da Junta de São Victor ou as Assembleias Municipais poderão verificar as intervenções feitas em sede de Assembleia Municipal, fazendo várias

Assembleia de Freguesia de S. Victor



recomendações. Finalizou a sua intervenção alertando para não misturarem candidaturas ao Município nesta Assembleia, considerando que não é correto nem delicado puxarem temas de candidaturas a outro Órgão Municipal quando ainda se está em exercício, adiantando, no entanto, que se alguma coisa mudar no Município, a Junta de Freguesia de São Victor terá muitas mais delegações de competências.

Posto a votação, o documento foi aprovado com 8 votos a favor da RS21, 5 abstenções (4 PS; 1 CDU) e 5 votos contra da JPB.

4 – Apreciação e votação da primeira alteração modificativa ao Orçamento de 2025, com inserção do saldo da gerência anterior.

Neste ponto não se registou nenhuma intervenção e posto a votação foi aprovado com 17 votos a favor (8 votos RS21; 5 votos JPB e 4 votos PS) e 1 voto de abstenção da CDU.

5 – Apreciação e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal.

O deputado José Ferraz, da Coligação JPB, afirmou que, tendo em conta que a carreira de técnico superior faz parte das carreiras gerais da função pública juntamente com as carreiras de assistente técnico e assistente operacional, que nada impede que possa existir no quadro do pessoal a carreira de técnico superior, desde que justificada e haja recursos financeiros para tal, tendo em conta que tudo leva a pensar que a proposta de alteração ao mapa de pessoal se destinará a possibilitar a mobilidade interna na carreira e categoria de técnico superior da trabalhadora e assistente técnica Rita Gomes, que se licenciou em Educação na Universidade do Minho e que está a tirar outra licenciatura em Gestão Autárquica, no IPCA, e estando esta, há muitos anos, a desempenhar as funções de contabilidade e de recursos humanos de que fala o mapa de pessoal, com muito empenho, capacidade e eficiência, atestado pelo próprio deputado com quem a Rita Gomes trabalhou durante 20 anos, informou que a Coligação vai votar favoravelmente a proposta de alteração, elogiando o esforço que a trabalhadora tem vindo a fazer para se valorizar cada vez mais para seu bem e do bem da Junta de Freguesia.

Posta a votação, a alteração foi aprovada por unanimidade.

6 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta, a que alude a alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12/09 e situação dos compromissos plurianuais à data de 31/03/2025.

O deputado Manuel Rocha, da Coligação JPB, afirmou que, relativamente à informação do Presidente, há um misto de emoções que o assalta, pois, se por um lado um dos maiores reparos que ao longo dos últimos 3 anos tem sido feito ao relatório é a sua dimensão desadequada, neste momento ter sido atendida, mas muito pouco fidedigno daquilo que é o trabalho do Executivo, por outro lado, quanto à substância e conteúdo, continuam a identificar os males do passado, adiantando que, embora mais enxuto, o relatório continua a ser uma descrição de algumas atividades da Junta de Freguesia, mas contendo muitas outras para as quais foi convidada, descrevendo eventuais presenças do Presidente ou de alguém em sua representação, sem que para tal tenha havido qualquer tipo de intervenção de algum membro da Junta de Freguesia. Prosseguiu a sua intervenção, questionando se estas são apenas atividades para mostrar serviço, dando a entender que se trabalhou muito, frisando que não se sabe e

Assembleia de Freguesia de S. Victor

não quer especular, no entanto o tempo passa e a forma de trabalhar continua na mesma. Finalizou a sua intervenção, deixando uma questão ao Presidente da Junta sobre a doação do espólio do Dr. Francisco Alvim, se esta se chegou a concretizar e, se sim, onde se encontra, em que estado e quais os planos para a disponibilização do mesmo para consulta à comunidade. -----

O Presidente do Executivo, Ricardo Silva, interveio, afirmando que espera que os próximos relatórios continuem a ir ao encontro dos objetivos delineados serem informativos, sucintos e pragmáticos, adiantando que não consegue perceber a crítica apontada, pois têm todo o gosto em serem convidados por várias instituições que bem os acolhem e recebem, representando isso um sinónimo de proximidade. Relativamente à questão levantada sobre o espólio do Dr. Francisco Alvim, é uma questão que tem de ser novamente renegociada pelo Município de Braga, tendo em conta que havia um plano para alojar o espólio na Escola Francisco Sanches e que espera por sugestões finais do Município, a fim de se saber se há de facto espaço na Escola para ser alocado, ou terá de ser repensado e reequacionado o seu local para que se possa dar uma resposta mais assertiva e positiva de forma a depositarem a confiança em terem o espólio do Dr. Francisco Alvim. Em relação à questão levantada sobre a Rua de São José, trazida pelo João Melo, deputado da CDU, o Presidente Ricardo Silva afirmou que as traseiras de um prédio são utilizadas muitas vezes para consumo de estupefacientes, sendo do conhecimento, quer da Junta de Freguesia, quer da PSP, da CMB, da AGERE, e da Policia Municipal, e que este é um problema bem identificado e o que possa dizer sobre este assunto não irá trazer mais sossego aos moradores da zona, pois exige uma intervenção de natureza social, referindo que não é uma situação que os orgulhe, e que o que tem vindo a ser feito são limpezas periódicas asseguradas pela AGERE, passagens periódicas da carrinha da Cruz Vermelha para prestar apoio às pessoas, apesar dos horários que passam que por vezes não é possível prestar o devido apoio, realçando que as pessoas só serão apoiadas se assim o desejarem. Concluiu, afirmando que as instituições vão continuar a fazer o seu trabalho, mas que a problemática não vai acabar, pelo que a Freguesia vai acompanhando esta temática em conjunto com as instituições intervenientes. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos, de que se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta, por unanimidade, e que vai ser assinada pelo presidente e pelo secretário, que a redigiu. -----

Presidente

Augusto Alexandre da Cunha Dias

Secretário

Fernando Miguel da Silva